

RELATÓRIO ANUAL 2019



03

Mensagem do
Presidente Executivo

04

CAPÍTULO 1
Balanço do ano

08

CAPÍTULO 2
Desenvolvimento
dos programas

18

CAPÍTULO 3
Perspectivas
para o setor

21

CAPÍTULO 4
O setor em
números



PODER PÚBLICO E INICIATIVA PRIVADA: PARCERIA IMPRESCINDÍVEL PARA A ECONOMIA DO BRASIL

A retomada do crescimento econômico do País dificilmente será concretizada sem os investimentos adequados em infraestrutura. Felizmente, há um consenso na sociedade brasileira sobre essa realidade e suas inerentes urgência e gravidade. Também existe um entendimento sobre o fato de que os recursos públicos estão longe de ser suficientes para suprirem sozinhos as necessidades de um sistema de transporte rodoviário adequado às dimensões continentais brasileiras.

A grande saída para esse impasse reside na combinação de investi-

mentos da área pública com o capital privado. As parcerias entre as duas esferas, materializadas nas concessões rodoviárias, são uma solução inteligente e coerente com a realidade apresentada. Também é por meio desse amálgama de forças complementares que o País terá a chance de, finalmente, melhorar a sua posição competitiva no mundo.

O setor de concessões rodoviárias tem muito a contribuir para o País. Em primeiro lugar, existe a capacidade de melhorar a qualidade dos serviços prestados e, assim, reduzir o famigerado “custo Brasil”, que não raro é o dobro do apresentado

em muitos outros países. Infelizmente, os produtos brasileiros têm seus valores depreciados em função da deficiência da infraestrutura disponível. Em seguida, com as concessões rodoviárias, há a oportunidade de gerar emprego e renda — itens tão caros e indispensáveis ao Brasil — em inúmeros setores.

Os motivos para esses incomparáveis benefícios à economia brasileira estão relacionados ao alto nível de qualidade das estradas concedidas, principalmente quando comparadas às suas equivalentes sob controle público. As rodovias concedidas contam com serviços fundamentais à segurança, saúde e produtividade de seus usuários, parâmetros a serem seguidos em contratos sob pena de aplicação de multas.

Os números corroboram os fatos. Segundo a Pesquisa de 2019 da CNT, as dez melhores ligações rodoviárias do Brasil são concessionadas. A mesma pesquisa estima que pavimentos inadequados foram responsáveis, em 2019, por um consumo desnecessário de 931,80 bilhões de litros de diesel, o que representa um adicional de emissão de 2,46 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO₂). E não é só isso: apenas em 2018, houve um prejuízo de

R\$ 9,73 bilhões com acidentes rodoviários.

Logo, é de extrema importância a participação da iniciativa privada nos esforços governamentais para melhorar a infraestrutura. Hoje, o Brasil ocupa a 78ª posição em termos de competitividade, de acordo com o Relatório de Competitividade 2019, do Fórum Econômico Mundial. Entre os países da América Latina e do Caribe, o País ficou na oitava posição.

Avançar nesse ranking é um grande desafio, e sem o setor privado essa meta não será alcançada. Como representantes das empresas privadas concessionárias, nós da ABCR trabalhamos para que essa importância seja reconhecida e para que sejam abertos canais de diálogo que possibilitem o bom entendimento entre o setor e os diversos órgãos de controle. Estamos dispostos a atuar como aliados do poder público para que a plena infraestrutura e o sonhado crescimento econômico sejam realidade amanhã, trazendo riqueza e gerando empregos para o País.

César Borges

Presidente Executivo da ABCR

“ESTAMOS DISPOSTOS A ATUAR COMO ALIADOS DO PODER PÚBLICO PARA QUE A PLENA INFRAESTRUTURA E O SONHADO CRESCIMENTO ECONÔMICO SEJAM REALIDADE AMANHÃ, TRAZENDO RIQUEZA E GERANDO EMPREGOS PARA O PAÍS.”



BALANÇO DO ANO

2019: ANO DE EXPECTATIVAS E CONCRETIZAÇÕES

Como todos os anos em que novos mandatos federais e estaduais têm início, 2019 foi um período de muitas expectativas. Não foi diferente para o setor de concessionárias de rodovias. Tais perspectivas, no entanto, logo se realizaram de forma positiva.

No âmbito do governo federal, a indicação de Tarcísio de Gomes de Freitas para o Ministério da Infraestrutura se mostrou benéfica para o setor, uma vez que o novo ministro já possuía atuação prévia em órgãos como o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e em projetos como o programa de Parceria de Investimentos (PPI), responsável por ampliar e fortalecer a interação entre o Estado e a iniciativa privada por meio de

privatizações, concessões e desestatizações. Para apoiá-lo, foi escolhida uma equipe de técnicos reconhecidos na área em questão, com experiência no antigo Ministério dos Transportes, bem como profissionais com conhecimento adequado sobre o funcionamento da máquina pública.

Durante o primeiro trimestre, o Ministério da Infraestrutura delineou um plano ambicioso de alcançar a marca de 16,5 mil km de novas rodovias concedidas e, para tanto, realizar 25 leilões em um período de quatro anos, além das relições de trechos que estão sendo devolvidos ao poder público. Também foram preparados novos programas para atingir metas, como a que diz respeito à efetivação de sete leilões de concessões em 2020.



das novas licitações. As agências reguladoras serão as responsáveis por calcular os valores.

Para a questão das relições, o setor reivindicava a repactuação de contratos, mas o poder público ponderou que haveria dificuldades regulatórias para tanto, estabelecendo outro caminho. Desde a medida provisória 752, editada em 2016, a ABCR defende e cobra de forma intensa resoluções acerca do tema por meio de visitas a secretários, ministérios e autoridades federais de maneira geral.

Algumas empresas já manifestaram a intenção de devolver concessões. Os processos seguem em andamento mas não houve ainda um caso específico que tenha chegado ao seu final. Logo, há muitas incertezas quanto à maneira como os processos serão concluídos.

A boa notícia é que, após anos de reivindicações, existe um arcabouço jurídico definido para o tema. A legislação estabelece que o primeiro passo é a manifestação por parte da empresa. Em seguida, deve haver a aceitação pela agência, pelo Ministério da Infraestrutura e pelo PPI, e se assina um aditivo contratual de caráter irrevogável e irretroatável para que a devolução seja concretizada. A etapa final, de cálculo e pagamento de indenizações, é justamente a que ainda traz muitas dúvidas.

REALIZAÇÕES RELEVANTES NO ÂMBITO FEDERAL:

>> Assinatura do contrato da **Rodovia de Integração Sul (RIS)**, junto à Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. (**ViaSul**), que compreende a **BR-101/290/386/448**, no Rio Grande do Sul. A ViaSul, de controle do Grupo CCR, será detentora da concessão por 30 anos.

>> Realização do leilão da **BR- 364/ 65**, vencido pela Ecorodovias. O trecho, denominado **Ecovias do Cerrado**, liga Uberlândia (MG) a Jataí (GO).

>> Publicação do **decreto nº 9.957** em 7 de agosto de 2019, para regulamentar a Lei 13.448, de 5 de junho de 2017, relativa à **relição de contratos de rodovias**.

>> Lançamento do edital para o **leilão da BR-101**, vencido em 21 de fevereiro de 2020 pela CCR. A concessão compreende o trecho entre Paulo Lopes (SC) e Passo de Torres (SC).

DEFINIÇÕES SOBRE RELIÇÕES

Questões do passado também foram alvo da atenção do governo federal, a exemplo de passivos relativos às concessões atuais, como aspectos regulatórios, desequilíbrios econômicos e financeiros a serem analisados, exigências de cumprimento de obrigações de investimentos e relições de contratos.

Este último caso, que diz respeito à questão da relição amigável de concessões, é crítico para o setor. Em 2019, a Lei 13.448, que aborda a questão, foi regulamentada pelo decreto nº 9.957. De acordo com a diretrizes definidas, as indenizações dos investimentos já feitos pelas concessionárias serão pagas pelas empresas vencedoras

CONCESSÕES DOS ESTADOS

Na esfera estadual, em 2019 o consórcio Way-306 saiu vencedor do leilão da rodovia MS-306 e os estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Piauí também iniciaram preparativos para os seus programas de concessão de rodovias.

Destacou-se, no entanto, o programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo, conduzido com atitude progressista e ativa por Rodrigo Garcia, vice-governador, e João Octaviano, secretário de Logística e Transportes, junto às suas equipes.

Dentro das realizações do Estado de São Paulo, está o lançamento do edital para o trecho Piracicaba - Panorama (PiPa), de 1.273 quilômetros, cujo leilão se concretizou em 8 de janeiro de 2020. Trata-se da principal concessão rodoviária do País em termos de extensão, que será operada por um consórcio formado pela gestora Pátria Investimentos associada ao Fundo Soberano de Cingapura (GIC).



DESAFIOS PARA 2020

A ABCR atua ativamente junto aos poderes concedentes, agências reguladoras e a parlamentares para esclarecer sobre a visão do setor (*leia mais sobre as atividades realizadas pela ABCR no capítulo 2 deste relatório*). O panorama geral brasileiro dos programas federais e estaduais é bastante promissor, mas ainda há muitos desafios a serem superados e pautas serem defendidas pela Associação junto ao poder público (*leia mais sobre as perspectivas para 2020 no capítulo 3 deste documento*).

Um exemplo de demanda extremamente relevante para as concessionárias é a aprovação da Lei 7.063, que materializa normas gerais para as concessões no Brasil. Trata-se de um avanço importante para o setor, pois consolida a legislação acerca de concessões, parcerias e fundos de investimentos em infraestrutura. A ABCR tem abordado a questão ativamente em prol de negociações e ajustes para a esperada aprovação da nova lei.

Outro exemplo importante de tema a ser trabalhado é a arbitragem como forma de solucionar pedidos de reequilíbrios econômicos e financeiros originários de solicitações de serviços que não estavam previstos em contratos de concessão. Para esta e outras questões, a ABCR atua fortemente e sempre com o objetivo maior de consolidar a melhor parceria possível entre as esferas pública e privada em prol de geração de riqueza e benefícios para o Brasil.

SOBRE A ABCR

A Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) é a representante do setor de concessões de rodovias no Brasil, hoje formado por 16 concessionárias federais, 30 estaduais e 2 municipais, que operam cerca de 20 mil quilômetros de

rodovias, o que corresponde a 7,26% da malha rodoviária nacional pavimentada. Com sede em São Paulo e Diretoria Regional no Distrito Federal, a ABCR atua na defesa dos interesses de suas associadas e no suporte ao aperfeiçoamento do desempenho dessas empresas.

CONHEÇA NOSSOS PRINCÍPIOS DE ATUAÇÃO

MISSÃO

Contribuir para o desenvolvimento da infraestrutura rodoviária no País, representando as concessionárias de rodovias associadas na busca da melhoria contínua do setor de forma sustentável em suas relações com a sociedade.

VISÃO

Que o setor de concessões rodoviárias seja reconhecido como essencial ao desenvolvimento e melhoria da infraestrutura do país pela excelência e qualidade dos serviços prestados à sociedade, e que a ABCR seja um dos principais agentes deste processo.

VALORES

- >> Atuar com ética, profissionalismo e transparência.
- >> Estabelecer a confiança através da divulgação de informações transparentes e relevantes para a sociedade e de uma atitude alinhada a elas.
- >> Garantir práticas de cidadania, responsabilidade socioambiental e respeito para com a sociedade.
- >> Valorizar a proatividade, diversidade e inclusão social.
- >> Defender a iniciativa privada, livre concorrência e parceria com o setor.

HISTÓRICO DE ATUAÇÃO

Acesse o link e conheça os marcos do setor de concessões rodoviárias do Brasil e da ABCR ao longo das décadas.

>> www.abcr.org.br/setor/sobre-o-setor/historia

CONHEÇA OS ASSOCIADOS DA ABCR

Os associados da ABCR são 46 concessionárias privadas que atuam em 12 estados brasileiros, a saber:



REGIÃO SUDESTE

- >> **SÃO PAULO**
 - Entrevias
 - AB Colinas
 - AB Triângulo do Sol
 - CCR Autoban
 - CCR Novadutra
 - CCR Rodoanel Oeste
 - CCR Spvias
 - CCR Viaoeste
 - Centrovias
 - Ecopistas
 - Ecovias
- ENTREVIAS**
- Fernão Dias
- Intervias
- Régis Bittencourt
- Renovias
- Rodovias do Tietê
- Rota das Bandeiras
- Spmar
- Tamoios
- Tebe
- Viapaulista
- >> **RIO DE JANEIRO**
 - CCR Novadruetra
 - CRT
 - Ecoponte
 - Fluminense
 - Rodovia do Aço
 - Rota 116
 - Vialagos
 - Viario
- >> **ESPÍRITO SANTO**
 - Eco101
 - Rodosol
- >> **MINAS GERAIS**
 - AB Nascentes das Gerais
 - Eco050
 - Eco135
 - Fernão Dias

REGIÃO SUL



- >> **PARANÁ**
 - CCR Rodonorte
 - Ecocataratas
 - Ecovia
 - Litoral Sul
 - Planalto Sul
 - Régis Bittencourt
- >> **SANTA CATARINA**
 - Litoral Sul
 - Planalto Sul
- >> **RIO GRANDE DO SUL**
 - CCR Viasul
 - Ecosul

REGIÃO CENTRO-OESTE



- >> **MATO GROSSO**
 - CCR MSvia
- >> **GOIÁS**
 - Eco050
- >> **MATO GROSSO DO SUL**
 - CCR MSvia

REGIÃO NORDESTE



- >> **BAHIA**
 - Bahia Norte
 - Viabahia

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A ABCR tem como prioridade atuar na gestão estratégica da Associação e de suas atividades com transparência e com base em seu Código de Conduta Ética. Da mesma forma, adota como linha de ação a prestação de contas e a responsabilidade ao representar as suas associadas. Para tanto, a Associação conta com órgãos de Governança, a saber:

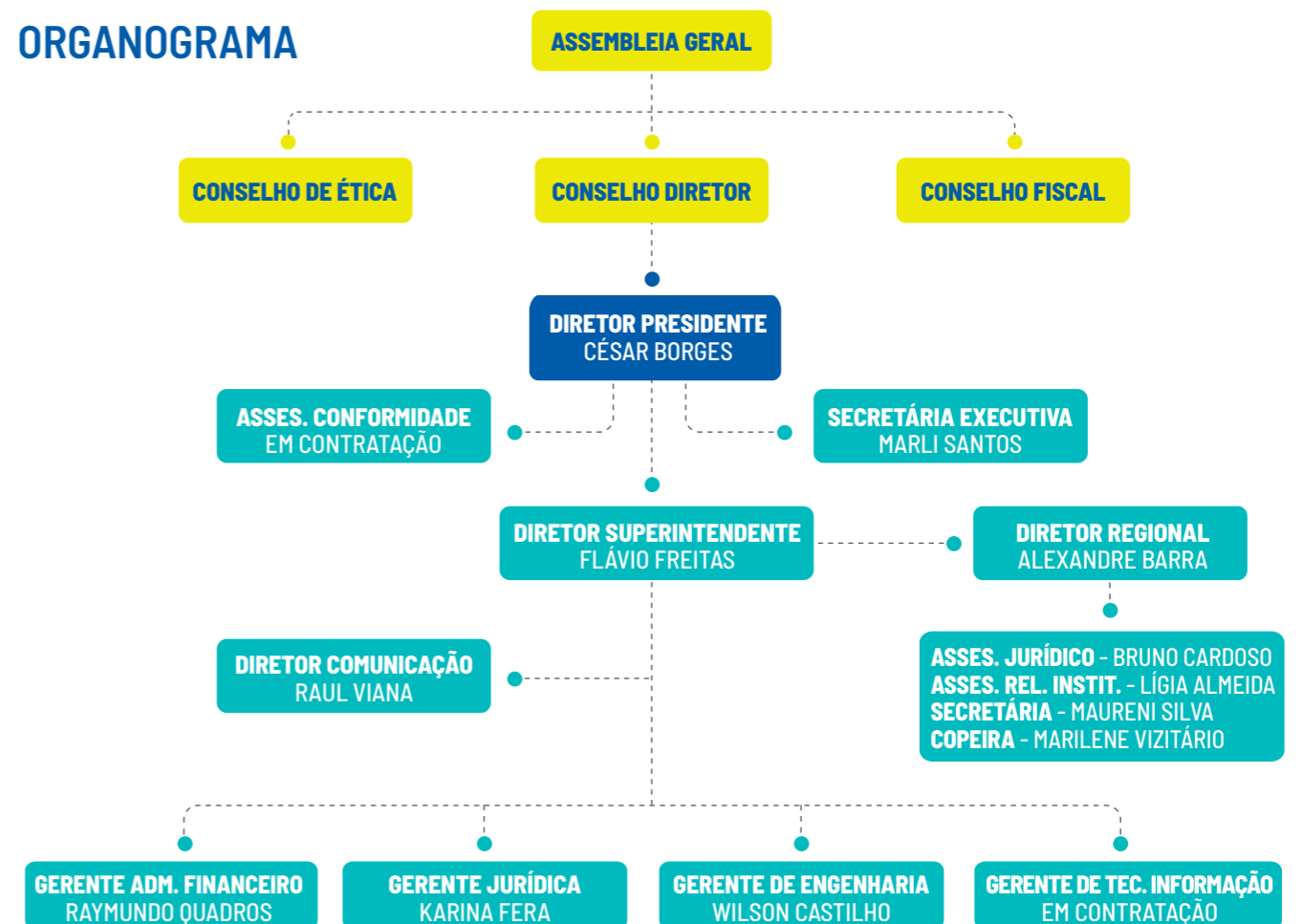
CONSELHO DIRETOR: PRESIDENTE, PELA ABCR, E VICE- PRESIDENTES REPRESENTANDO OS GRUPOS CCR, ARTERIS S/A, ECORODOVIAS, AB CONCESSÕES, ODEBRECHT E CONCESSIONÁRIAS INDIVIDUAIS.

CONSELHO FISCAL: GRUPO CCR, ECORODOVIAS, ARTERIS.

COMITÊS DE APOIO:

- >> Comitê Jurídico;
- >> Comitê de Ética;
- >> Comitê de Relações Institucionais;
- >> Comitê de Comunicação Social e Ouvidoria;
- >> Comitês de Negociação Sindical e Coletiva Rio de Janeiro;
- >> Comitês Técnicos.

ORGANOGRAMA





FASES DE UMA CONCESSÃO RODOVIÁRIA

A concessão de rodovia é a melhor solução para a falta de investimentos em infraestrutura rodoviária do Brasil. É uma operação de longo prazo (até 30 anos) que deve acontecer de forma transparente e correta para atender às necessidades do usuário de rodovias. Para isso, inúmeros procedimentos precisam ser considerados.

FASE 1

DEFINIÇÃO DO MODELO DE CONCESSÃO

1

GOVERNO DIVULGA A INTENÇÃO DE LICITAR UM TRECHO RODOVIÁRIO.

O principal motivo é a falta de recursos suficientes para manutenções ou melhorias das vias em questão.

GOVERNO DEFINE O MODELO DA CONCESSÃO.

Exemplos: localização das praças de pedágio, valor das tarifas, obras de ampliação e melhorias, serviços a serem oferecidos pela concessão, outorga onerosa (valor a ser pago pela concessionária vencedora) e tempo de vida da concessão.

3

AUDIÊNCIA PÚBLICA.

A minuta do edital e do contrato é apresentada aos públicos interessados. É o momento para o usuário de rodovias opinar e contribuir com o texto do edital final.

4

GOVERNO LANÇA MINUTAS DO EDITAL E DO CONTRATO.

Apresenta o plano de investimentos e as regras da licitação. O critério que define o vencedor pode ser por menor valor da tarifa e/ou valor de outorga a ser pago ao governo.

5

LEILÃO.

Em evento aberto, com presença dos públicos interessados, são divulgadas as propostas de cada empresa e escolhida a vencedora da licitação, segundo critérios definidos no edital.

6

ASSINATURA DO CONTRATO.

O contrato é referência para a atuação das concessionárias e fiscalização pelo governo. Está disponível para consulta nos websites das agências reguladoras ou da própria concessionária.

7

FASE 2

OPERAÇÕES DA CONCESSÃO

INVESTIMENTO EM OBRAS.

A concessionária faz aportes para ampliar, melhorar e conservar as vias, criar praças de pedágio e centros de controle operacional. Em 20 anos, o setor já investiu cerca de R\$ 200 bilhões em obras.

8

INÍCIO DOS SERVIÇOS AOS USUÁRIOS.

Por contrato, as concessionárias prestam serviços que garantem a segurança e a qualidade das vias: disponibilização de guinchos, assistência em acidentes, ambulâncias UTIs, socorro mecânico, sinalizações, manutenção do pavimento e do acostamento.

9

PAGAMENTO DE ISS-QN (IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA) E BENEFÍCIOS ÀS CIDADES PRÓXIMAS.

Toda concessionária tem a obrigação de repassar 5% da receita com o pedágio às cidades por onde passam as vias. Esse imposto é a principal fonte de arrecadação de muitas localidades, que a aplicam no serviço aos municípios. Anualmente, cerca de R\$ 1 bilhão é arrecadado pelos municípios limieiros.

10

MUDANÇAS ACONTECEM EM 30 ANOS DE CONCESSÃO.

Durante a vida de uma concessão, pode haver necessidade de novos investimentos ou de redução da receita, não previstos no contrato original. Em ambos os casos, os contratos preveem a realização de reequilíbrio econômico-financeiro, seja com aporte direto pelo governo, alteração de tarifa pedágio ou do tempo de contrato.

12

FASE 3

RETORNO DO INVESTIMENTO E FIM DA CONCESSÃO

DEVOLUÇÃO E RELICITAÇÃO DA RODOVIA.

Ao final do contrato de uma concessão, entre 20 e 30 anos, os trechos são entregues em boas condições de operação e podem ser relicitados.

11

RETORNO SOBRE O INVESTIMENTO.

A maioria das concessionárias começam a obter retorno dos investimentos somente após muitos anos de aportes massivos e contínuos. Isso acontece, justamente devido a uma das virtudes do programa de concessões de rodovias, que permite altos investimentos em obras e modernização já nos anos iniciais.

>> Acesse a versão digital deste infográfico em: www.abcr.org.br/infografico/

EVOLUÇÃO DOS PROGRAMAS DE CONCESSÃO NO BRASIL



Diante da limitação de recursos para realizar melhorias, ampliações e mesmo manutenções em sistemas básicos de infraestrutura, o poder público recorre às concessões como forma de adequar e restaurar os modais de transporte, incluindo o rodoviário.

O Programa Federal de Concessões teve início em 1993 e hoje conta com 21 concessões de rodovias, totalizando aproximadamente 10.134 quilômetros. A 4ª etapa desse programa foi inaugurada em 11 de janeiro de 2019 com a assinatura do contrato da BR-101/290/448/386 – RS.

A maior parte da malha rodoviária concedida — cerca de 5.348 quilômetros — foi construída durante a 3ª etapa do programa federal, que teve início em 2013. Uma delas — a BR-040/DF/GO/MG, de concessão da Invepar — foi devolvida ao poder público. De forma ambiciosa, o atual governo federal pretende conceder, até o final de seu mandato, mais 16,5 mil quilômetros de rodovias, objetivo visto pela ABCR com satisfação e otimismo, porém

com realismo, dadas as dificuldades históricas enfrentadas no Brasil para processos dessa natureza.

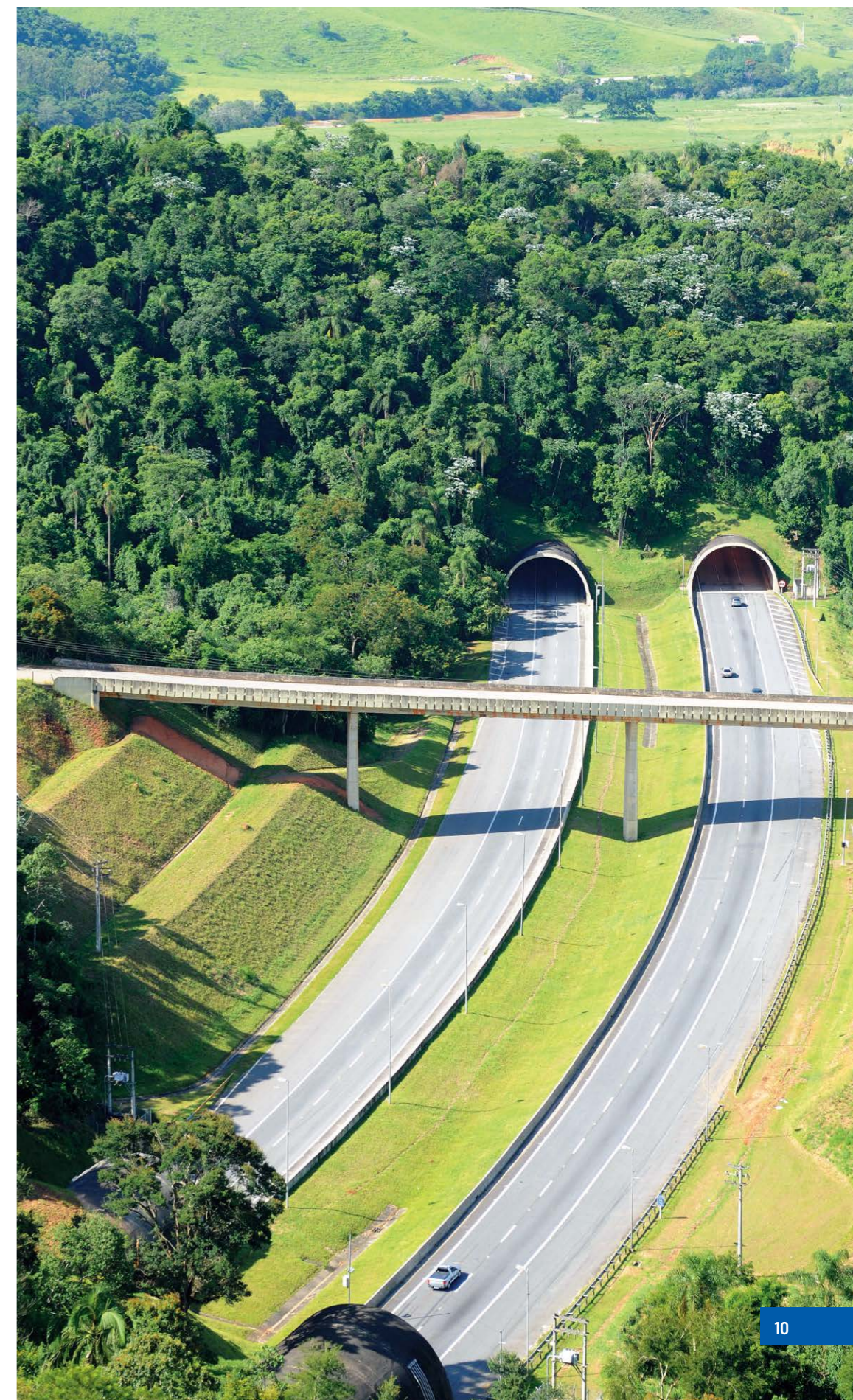
Os programas estaduais de concessão partem de lógicas semelhantes, embora englobem rodovias de menor porte e, proporcionalmente, necessidades menores de investimento. Estados como Bahia, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro retomaram programas e fizeram lançamentos, o que também foi apreciado pela Associação de forma muito positiva.

São Paulo se destaca entre os estados, e atualmente conta com 8,4 mil quilômetros de rodovias concedidas e administradas por 21 empresas, sob fiscalização da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP).

Iniciado em 1998, o Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo já investiu mais de R\$ 111 bilhões em obras e na operação e manutenção das rodovias, com resultados importantes como a redução dos índices de acidentes (43%), de feridos (43%) e de mortes (46%), de acordo com a própria ARTESP.

Dados da agência reguladora também indicam que o programa, responsável por prestar serviços de qualidade para a população, já realizou mais de 24 milhões de atendimentos e gera 24,6 mil empregos diretos e indiretos. Tais resultados devem ser aprimorados com a Nova Etapa do Programa de Concessões do Estado de São Paulo, marcada pelo lançamento do edital de concorrência para o Lote Piracicaba – Panorama (PiPa) em julho de 2019. Trata-se da maior concessão rodoviária do País.

Acontecimentos relevantes marcaram o desenvolvimento dos programas de concessões em 2019, tais como assinaturas de contratos para a concessão de trechos importantes, a realização de leilões e definições acerca da Lei 13.448, que trata das relições de concessões, tema fundamental para o setor e defendido de forma intensa pela ABCR nos últimos anos (veja o capítulo 1 deste relatório para mais informações).



PESQUISA CNT DE RODOVIAS

A 23ª Pesquisa CNT de Rodovias, divulgada pela Confederação Nacional do Transporte e pelo SEST SENAT, indica que as dez melhores ligações rodoviárias passam por São Paulo e são compostas por rodovias concessionadas. Todos os anos, o levantamento faz o ranking de 109 ligações, aborda rodovias sob gestão pública e privada e avalia infraestruturas de apoio ao longo das estradas.

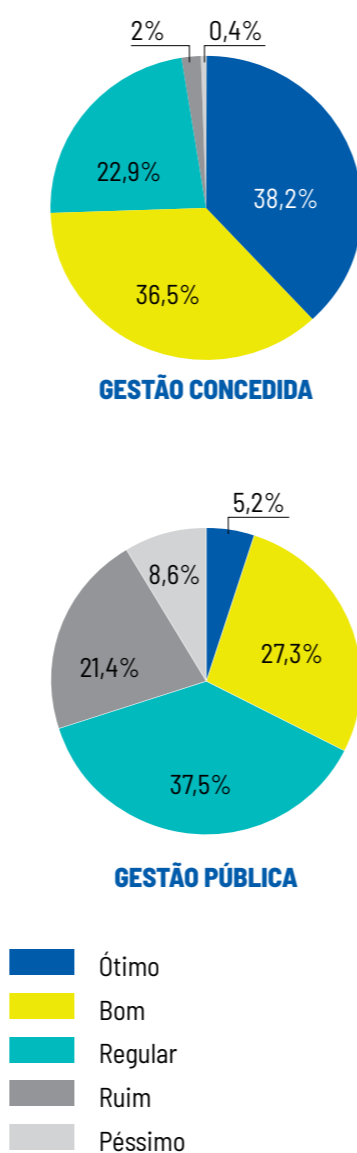
Em 2019, foram detectados problemas em 59% da extensão dos trechos avaliados, em comparação a 57% no ano anterior. Há inadequações com relação aos pavimentos (52,4%), à sinalização (48,1%) e à geometria da via (76,3%).

De acordo com o estudo, a necessidade de ampliar os recursos para as rodovias é urgente. A estimativa é de que, em 2019, as inadequações dos pavimentos resultaram em um aumento do custo operacional do transporte em 28,5%, com uma alta na região Nordeste (+38,5%). Essa elevação, causada pelo aumento com os custos de manutenção dos veículos, bem como pelo alto consumo de combustíveis e de insumos automobilísticos, prejudica a produtividade do Brasil e encarece seus produtos e serviços.

Os pavimentos inadequados causaram outros problemas, tais como o consumo desnecessário de 931,80 bilhões de litros de diesel em 2019. Esse número representou um adicional de emissão de 2,46 milhões de toneladas de CO₂, desperdício que custará R\$ 3,3 bilhões adicionais aos transportadores. A Pesquisa da CNT estima que são necessários, para restaurar e reconstruir as rodovias nacionais, R\$ 38,60 bilhões. Decorre daí a necessidade do investimento em parcerias entre o poder público e o capital privado.



CLASSIFICAÇÃO DAS RODOVIAS SOB GESTÃO PÚBLICA E CONCEDIDA



Fonte: 23ª Pesquisa CNT

PEDÁGIOS: SEGURANÇA E RETORNO À SOCIEDADE

Em 2019 houve avanços para o desenvolvimento do setor no Brasil. No entanto, alguns pontos de fragilidade persistem e necessitam de trabalho. Um deles diz respeito às históricas reações negativas com relação aos pedágios. Além de garantirem a qualidade das vias, o que se converte em produtividade para o País e segurança para os usuários, tais tarifas são fontes relevantes de receita para muitos municípios. Isso porque 5% do produto total de pedágios deve ser, por lei, encaminhado aos municípios por onde passam as rodovias concedidas. Trata-se do ISS-QN (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza). Essa receita é uma obrigação contratual, fiscalizada pelas agências reguladoras e com critérios bem definidos. Constitui a maior fonte de entrada de muitos municípios, sendo imprescindível para a manutenção de serviços públicos básicos. A arrecadação anual com ISS-QN tem sido superior a R\$ 1 bilhão e tem beneficiado cerca de 900 municípios brasileiros.

São Paulo é um bom exemplo dos montantes recebidos pelas prefeituras em função das concessões. De acordo com a ARTESP, em 2019 foram repassados R\$ 545,6 milhões para 284 prefeituras paulistas relativos ao ISS-QN

de tarifas de pedágio das rodovias estaduais, valor 7% superior à arrecadação de 2018.

No mesmo ano, por conta dos últimos contratos de concessões firmados no estado, 12 novas prefeituras passaram a receber o imposto. Outros 43 municípios vão passar a receber os repasses com a licitação do Lote Piracicaba-Panorama (PiPa), cujo leilão foi realizado em 8 de janeiro de 2020. O ISS-QN, que é proporcional à extensão das rodovias sob concessão que atravessam o município em questão, passou a incidir sobre os pedágios em 2000. Desde então, as cidades paulistas já receberam R\$ 5,6 bilhões.

Os pedágios também permitem que os usuários trafeguem em rodovias seguras e eficientes, com boa sinalização, pavimentos adequados, fiscalização por câmeras e assistência por meio de serviços mecânicos e de ambulâncias UTIs. Estudos realizados nas concessões do estado de São Paulo¹ indicam que, para cada 1 unidade monetária paga em tarifas de pedágio, o retorno total à sociedade é de 2,4 unidades. Alguns dos benefícios relativos a esse montante são a otimização dos custos operacionais; a diminuição de acidentes; o socorro mecânico e o atendimento médico; a redução do tempo de

viagem; a mitigação de emissão de CO₂ na atmosfera; e os resultados positivos na cadeia produtiva.

No entanto, não raro ocorrem tentativas de se criar leis de isenção de pedágio. Em grande parte das vezes são leis de caráter estritamente populista e eleitoreiro, contrárias à legislação e que ignoram as finalidades da arrecadação em questão. Em tais casos, a ABCR defende os associados recorrendo à justiça.

Asseguradas por cláusulas contratuais, as tarifas são imprescindíveis ao bom funcionamento das rodovias, à manutenção das concessões e ao funcionamento do setor rodoviário, fundamental para a economia do País. Infelizmente, no Brasil o índice de evasão de pedágios ainda é um obstáculo para a plena evolução do setor. Essa prática impede, por exemplo, a implantação do *free flow* (fluxo livre, em inglês) nas estradas brasileiras, tecnologia que combina radiofrequência e gravação de imagens para registrar a passagem dos veículos pelas vias e realizar a cobrança por quilômetro percorrido.

¹Fonte: AMBrancoConsultoria e Prof. Hugo Sergio de Oliveira - BANCO MUNDIAL



A ABCR E QUESTÕES IMPORTANTES PARA O SETOR

Além das mencionadas leis eleitoreiras de isenção de pedágio e da prática prejudicial da evasão ao pagamento das tarifas, a ABCR atuou, em 2019, a respeito de outros temas que impactam as associadas e o setor. Um exemplo foi a resolução que trata das **Combinações de Veículos de Carga (CVC)**, que aumentou o limite de peso permitido, causando inúmeros problemas de segurança nas rodovias. Por meio de ação judicial e medida liminar, a ABCR conseguiu impedir consequências mais nocivas provocadas pela resolução.

A **Lei dos Caminhoneiros** também foi abordada pela Associação. À época de sua aprovação, a norma trouxe discussões a respeito de aspectos como o estabelecimento de pontos de descan-

so para os motoristas. A ABCR, tendo em vista a saúde e segurança desses profissionais e dos demais usuários das rodovias, apoia medidas que diminuem acidentes. No entanto, deve-se considerar que o estabelecimento de postos pressupõe custos que não haviam sido previstos nos contratos de concessões e que, portanto, merecem estudos e medidas que assegurem a manutenção do equilíbrio financeiro dos acordos firmados.

A mesma lei prevê isenção de pedágio para os eixos suspensos de caminhões. Entretanto, o poder concedente não determinou como seria a fiscalização e não deu tempo hábil para que se implementasse soluções técnicas condizentes. Com isso, as

concessionárias não encontraram meios de fazer a fiscalização adequada às determinações da lei.

Para solucionar esse entrave, a ABCR atuou junto ao Governo Federal para fomentar uma regulamentação específica para a lei; propôs que enquanto uma solução técnica não fosse regulamentada e implantada, a isenção do pagamento de pedágio de eixo suspenso somente seria concedida se presumidos como vazios todos os veículos de transporte de carga que transpuserem as praças de pedágio manuais com um ou mais eixos suspensos; e defendeu a aplicação dos devidos reequilíbrios econômico-financeiros, previstos em contrato como necessários e concomitantes a todas as alterações contratuais unilaterais. Infelizmente, muitos usuários levantam os eixos apenas quando passam em frente às praças de pedágio, ação que também constitui evasão.

A ABCR também se posiciona e age a favor do setor mesmo em eventos nos quais a concessionária lesada não é associada. Um exemplo é o caso da **destruição de uma praça de pedágio da Linha Amarela (LAMS)**, da Invepar, pela prefeitura do Rio de Janeiro, sem autorização judicial e colocando em risco

as vidas de usuários e operadores. A ABCR avalia o ocorrido como um caso de insegurança jurídica, que afasta investimentos e inviabiliza projetos fundamentais para a infraestrutura da cidade do Rio de Janeiro, do estado e do País. Trata-se de um “vandalismo de estado”, com o descumprimento de preceitos mínimos de cidadania. A Associação atuou em prol do setor e teve sucesso em suas ações.

Outra prática que prejudica o setor e que, portanto, é rechaçada e combatida pela Associação é a **falta de remuneração pela utilização da faixa de domínio**, extensão de 100 metros para além das rodovias que também é de responsabilidade das concessionárias. Essa área é utilizada por concessionárias de outros serviços públicos, tais como energia e gás. Por cláusulas contratuais, tais empresas devem remunerar as concessionárias de rodovias pelo espaço utilizado. Contudo, muitas recorrem aos poderes judiciário e legislativo e acionam o ministério da infraestrutura para tornarem-se isentas desses valores.

A ABCR participa de reuniões em agências reguladoras, junto às secretarias e ministérios para que os direitos contratuais e legais de suas associadas sejam cumpridos.

O não pagamento por parte dessas empresas configura um cerceamento do direito contratual e legal de receita das concessionárias de rodovias.

A atuação da ABCR também contemplou, em 2019, temas como a aplicação de **radares móveis** e a legislação acerca do **uso de cadeiras de bebês**. O radar é uma forma de estimular a obediência aos limites de velocidade, que são fatores importantes de segurança, assim como o uso de equipamentos adequados para transportar crianças. A ABCR se pronunciou na imprensa informando que entende que os radares são úteis e visam a segurança.

Finalmente, também fizeram e fazem parte da agenda da Associação temas como as relitações, que envolvem a **devolução amigável de concessões** e o respectivo cálculo de indenizações (*veja mais no capítulo I deste relatório*), e a **Nova Lei Geral de Concessões**, que visa garantir segurança jurídica e possibilitar a retomada de investimentos privados. Ainda em processo de redação pelo deputado Arnaldo Jardim, a lei é vista de forma positiva pela ABCR, que acompanha atentamente o seu desenvolvimento.



ÍNDICE ABCR

A Associação produz e divulga desde 2008, juntamente com a Tendências Consultoria Integrada, o índice ABCR. Trata-se da principal referência de medição de fluxo pedagiado de veículos nas estradas. Ao medir os deslocamentos de veículos leves e pesados nas rodovias, o índice capta, indiretamente, os níveis de atividade econômica, o consumo da população, os níveis de produção e o investimento do País. Em 2012, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) incorporou o índice ABCR ao cálculo do Produto Interno Bruto (PIB).

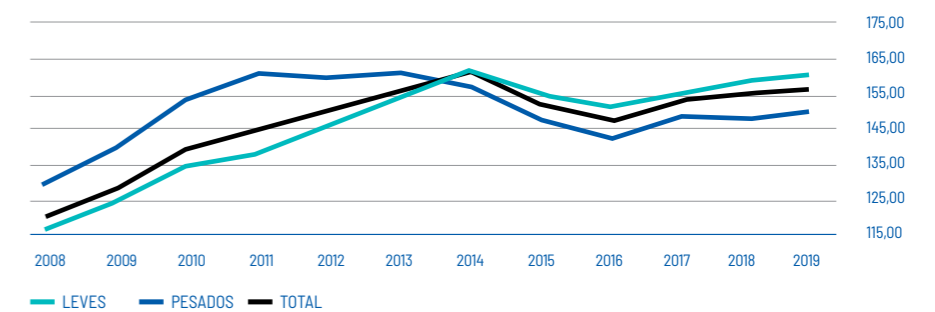
No acumulado do ano de 2019 houve expansão de 3,6% do índice total, dinâmica que reflete o crescimento totalizado tanto por veículos leves como pesados, os quais acumulam ganhos de 3,5% e 4,1%, respectivamente. Os indicadores de fluxo de pedágio acumularam crescimento disseminado entre os diversos tipos de veículos e, ainda que de forma heterogênea, regionalmente. Essa dinâmica é influenciada pelo quadro de retomada econômica ao longo do período.

CONFIRA A SÉRIE HISTÓRICA DO ÍNDICE ABCR

Para mais informações sobre o cálculo do índice, acesse:

>> www.abcr.org.br/indice/historico-do-indice

FLUXO DE VEÍCULOS ANUAL 2008 A 2019



ÍNDICE ABCR 2019

3.6%



Fluxo total

4.1%



Veículos pesados

3.5%



Veículos leves

ATIVIDADES DA ABCR EM 2019

A principal meta da ABCR para 2019 foi ampliar a representatividade da entidade junto aos poderes públicos e melhorar o ambiente de negócios e os resultados econômicos e financeiros dos contratos das concessões estabelecidas.

ATUAÇÃO FEDERAL

Para defender os interesses do setor, a ABCR atuou intensamente junto ao Governo Federal, Congresso Nacional, Tribunal de Contas da União (TCU), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e demais órgãos.

Em 2019, ano marcado por novos mandatos nas esferas federal e estadual, com cerimônias de posse e nomeações, não foi diferente. Em janeiro, o presidente da Associação, César Borges, participou ativamente de eventos com o então recém-indicado ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, tais como a cerimônia de transmissão do cargo em questão e a primeira audiência do ano com o ministro e sua equipe.

Em fevereiro, César Borges se

reuniu com o presidente do TCU, José Múcio Monteiro. No mês seguinte, foi a vez da primeira das muitas audiências públicas realizadas pela ANTT em que a ABCR esteve presente e participou com contribuições.

Houve, ainda, dezenas de reuniões e audiências com órgãos e representantes como: a Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias; o presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT); o ministro-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República; o presidente do TCU; o diretor-geral da ANTT; o secretário de Infraestrutura do Ministério da Economia; a secretária de Fomento do Ministério da Infraestrutura; e a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

Uma constante na atuação da Associação é a defesa de causas importantes perante a justiça, a exemplo da discussão acerca da Resolução nº 640/2016 e 663/2017, que diz respeito à Combinação de Veículos de Carga (CVC), realizada em 16 de maio. Na ocasião, órgãos e entidades se posicionaram sobre a resolução em questão, que foi suspensa por ação judicial promovida pela ABCR em função da inconve-

niência de sua atuação.

Outro tipo de atividade muito importante é a promoção de workshops educativos, a exemplo do III Workshop ABCR para Assesores Parlamentares. Realizado no dia 16 de agosto, o evento teve o objetivo de levar a esse público noções de regulação sobre o programa de concessões de rodovias, aspectos gerais dos contratos para essa finalidade e implicação das medidas legislativas e da atuação no controle pelo TCU e ANTT. Também houve o workshop Estruturação e Modelagem de Projetos para a Concessão de Rodovias, no dia 12 de novembro, com a presença de representantes de órgãos como EPL, Ministério da Infraestrutura e ANTT.

ÂMBITO ESTADUAL

A ABCR também está presente em eventos, audiências e reuniões de órgãos estaduais, a exemplo de reuniões realizadas com Rodrigo Garcia, vice-governador do estado São Paulo; reuniões com o diretor-geral da ARTESP; o secretário de Logística de São Paulo; e o Conselho Estratégico de Logística do Estado de São Paulo.

ESCLARECIMENTO E FORMAÇÃO DE OPINIÃO

Parte fundamental do trabalho da Associação é formar opiniões e esclarecer públicos estratégicos sobre questões importantes para o setor. Consequentemente, seminários, painéis, workshops, congressos e fóruns nacionais e internacionais são parte significativa de sua agenda, bem como as atividades voltadas para a imprensa.

Apenas em 2019, a ABCR realizou 138 ações para os principais veículos de comunicação do País, como contatos, entrevistas com César Borges ou respostas por escrito. Ao todo, foram nada menos do que 1.667 matérias publicadas ao longo do ano, abordando assuntos como projetos para destravar negócios; índice ABCR; instalação de radares; concessão da BR 364/365; fluxo nas rodovias; e lançamentos de editais de concessão pela ANTT. O trabalho constante e de qualidade com a imprensa permite esclarecer e defender, junto à população, temas caros não somente ao setor, mas à cidadania e ao desenvolvimento do Brasil.

ATUAÇÃO VARIADA E INTEGRADA

Assim como nos anos anteriores, a ABCR também atuou em atividades técnicas, como comitês, grupos de trabalho e reuniões realizadas em suas sedes de São Paulo e Distrito Federal.

O mesmo ocorreu nos âmbitos Jurídico, de Governança e de Compliance. Para zelar pela total transparência e adequação às leis, a Associação conta com ferramentas como o Código de Conduta; o canal de denúncias; treinamentos e acompanhamentos; uma assessoria de conformidade que se reporta diretamente ao conselho diretor; políticas e processos mapeados; e auditoria externa realizada pela Deloitte.

PARCERIA COM FGV PARA CURSO ESPECIALIZADO NO SETOR

Em 2019, a ABCR lançou, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, o programa de pós-graduação lato-sensu "Infraestrutura: Tendências e Mecanismos de Desenvolvimento". Com duração de 18 meses, mais de 430 horas/aula, o curso pode ser parcialmente realizado à distância (40%).

As disciplinas abordam temas de todos os modais, contemplando particularidades jurídicas e contábeis. Trata-se do primeiro curso voltado para a gestão de serviços públicos no Brasil.



EVENTOS REALIZADOS PELA ABCR – PONTOS ALTOS DE 2019



11º CONGRESSO ABCR – BRASVIAS

Aconteceu, nos dias 10 e 11 de setembro, o 11º Congresso Brasileiro de Rodovias e Concessões/BRASVIAS. Realizado a cada dois anos, o evento reforça o papel da entidade como difusora de conhecimento e inovação. O Congresso ABCR reúne profissionais dos setores rodoviário e de concessão, nacionais e internacionais, para a troca de experiências e de informações. A BRASVIAS, por sua vez, reúne em estandes as empresas fornecedoras de produtos e serviços voltados para construção, conservação e operação de rodovias. Em 2019, o evento contou com palestras e mesas redondas de caráter técnico e institucional, de forma a promover o conhecimento e o debate sobre os mais importantes temas do setor. Estiveram presentes autoridades como o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes (acima, à dir.), e o Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas (embaixo, à dir. e no centro).



EVENTO 21 ANOS DE CONCESSÕES DE RODOVIAS EM SÃO PAULO

A ABCR realizou, no dia 25 de junho, em parceria com a FGV Transportes e com apoio do Governo do Estado de São Paulo, o evento **21 Anos de Concessões de Rodovias em São Paulo – Conquistas e Desafios**. Foram apresentados resultados e expectativas do programa, que é um exemplo de sucesso em políticas públicas. Os R\$ 100 bilhões investidos ao longo de duas décadas trouxeram como resultado estradas mais seguras e de qualidade. Hoje, o estado conta com 18 das 21 melhores ligações rodoviárias do País, de acordo com pesquisa anual realizada pela CNT, e contabiliza uma redução de 46% do número de mortes em suas rodovias desde o início do programa. Estiveram presentes autoridades como o vice-governador de São Paulo, Rodrigo Garcia (acima, à esq.).



WORKSHOP ESTRUTURAÇÃO E MODELAGEM DE PROJETOS PARA CONCESSÃO DE RODOVIAS

No dia 12 de junho, foi realizado um debate sobre as melhores práticas e soluções para projetos de concessões de rodovias. O workshop contou com a participação de Arthur Lima, diretor-presidente da EPL, bem como representantes do Ministério da Infraestrutura, ANTT e outros órgãos.



PRIMEIRA REUNIÃO DO CONSELHO ESTRATÉGICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

César Borges, presidente executivo da ABCR, foi convidado pelo Secretário Geral de Logística e Transportes para ser membro efetivo do Conselho. A primeira reunião do grupo aconteceu no dia 19 de dezembro.

AÇÕES DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, SEGURANÇA E SUSTENTABILIDADE



Parte importante da atuação das concessionárias é investir em tecnologia e inovação para garantir a qualidade das rodovias e aprimorar os serviços prestados aos usuários, bem como realizar campanhas e ações em prol da educação e da segurança no trânsito. Promover a sustentabilidade das rodovias também está no escopo de trabalho das concessionárias, com ações para o desenvolvimento social e econômico das comunidades lindeiras e a conservação ambiental das áreas contempladas. Ao contribuir para a qualidade das estradas e para a saúde e o bem-estar de usuários e comunidades dos entornos, tais iniciativas ajudam a trazer mais produtividade para o País e benefícios para os habitantes dos municípios próximos às rodovias.

Em 2019 as concessionárias realizaram diversas ações educativas para promover temas como: a importância da manutenção preventiva dos veículos; direção segura; respeito aos limites de velocidade; perigos do uso do celular; utilização correta do acostamento; divulgação das bases de serviço; uso do cinto de segurança; ultrapassagens

seguras; procedimentos em caso de acidentes; a importância de se trafegar com faróis acesos; humanização do trânsito; restauração de mata nativa de regiões próximas às rodovias, entre outros.

Operações especiais em feriados, informações sobre demanda de tráfego e pontos turísticos também são temas de iniciativas periódicas, que têm como objetivo informar e auxiliar os motoristas. Outros temas divulgados e ações recorrentes são datas comemorativas e prevenção de doenças, como Outubro Rosa; combate à dengue, zika, chikungunya e febre amarela; vacinação gratuita de caminhoneiros contra a H1N1; proteção de mulheres em situação de vulnerabilidade; disponibilização de wi-fi para atendimentos de emergência; doações de cadeiras de rodas para pessoas com mobilidade reduzida; plataformas de Ensino a Distância (EAD) para a formação de professores da rede pública de ensino fundamental; programas de empregos para jovens aprendizes; atividades culturais nas comunidades lindeiras (como apresentações teatrais, shows com palhaços e música); e projetos sociais para

idosos, crianças e adolescentes.

A realização frequente de campanhas para a segurança no trânsito diminuiu acidentes e melhora a fluidez das rodovias. Um exemplo de resultado positivo é o aumento do uso de cinto de segurança por passageiros do banco de trás, constatado por uma pesquisa realizada pela Artesp (Agência de Transportes do Estado de São Paulo) nas rodovias sob concessão do Estado de São Paulo entre os dias 12 e 18 de agosto de 2019. De acordo com o levantamento, 73% das pessoas que viajam no banco de trás utilizam o equipamento de segurança. No ano anterior, o número era 71%.



NÚMEROS DAS ASSOCIADAS (2019)

DESPESAS

DESPESAS OPERACIONAIS (OPEX)



R\$ 5.580.123.347,00

INVESTIMENTOS DA RODOVIA (CAPEX)



R\$ 5.236.250.270,00

TRIBUTOS

R\$ 3.249.913.216

TRIBUTOS FEDERAIS

R\$ 2.270.147.699

TRIBUTOS MUNICIPAIS

R\$ 979.765.517

PAGAMENTOS AO PODER CONCEDENTE



R\$ 647.196.921

ATENDIMENTOS

VEÍCULOS ATENDIDOS

1.873.723

TRÁFEGO PEDAGIADO



1.585.298.916



USUÁRIOS ATENDIDOS

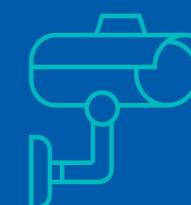
206.042

INFRAESTRUTURA



BASES DE ATENDIMENTO
274

CÂMERAS
3.593



AMBULÂNCIAS

383

GUINCHOS

530

EMPREGOS GERADOS



27.978





FUTURAS CONCESSÕES

LEILÕES FEDERAIS

PODER CONCEDENTE	UF	NOME/DESCRIÇÃO	PRAZO DE CONCESSÃO (ANOS)	EXTENSÃO
ANTT	SC	BR-101/SC	30	220
ANTT	GO/TO	BR-153/GO/TO	30	850
ANTT	MG/ES	BR-381/MG e BR-262/MG/ES	30	672
ANTT	MT/PA	BR-163/MT/PA	30	970
ANTT	SP/RJ	BR-116/465/101/SP/RJ (Dutra)	30	635
ANTT	MG/RJ	BR-040/495/MG/RJ (Concer)	30	211
ANTT	RO/MT	"BR-364/RO/MT(806 km) Porto Velho/RO – Comodoro/MT"	30	806,3
ANTT	SC	"BR-153/282/470/SC e SC-412 (544 km) Div. RS/SC – Irani – Campos Novos -Navegantes"	30	544
ANTT	TO/GO	"BR-080/153/414GO/TO (852 km) Anápolis/GO –Aliança do Tocantins/TO"	30	850,7
ANTT	RJ	CRT BR-116/RJ (Além Paraíba/RJ – Entr. BR-040): 143 km	30	711
ANTT	SC	BRs 280/SC (307 km)	30	307
ANTT	PR/SC	BR-476/282/153/480/PR/SC (401 km)	30	401
ANTT	PR	Rodovias Delegadas do Paraná (1.839,7 km)	30	4100
ANTT	BA/SE/AL/PE/PB/RN	BR-101 BA/SE/AL/PE/PB/RN - Divisa ES/BA a Natal	30	5500
ANTT	CE/RN	BR-116/304 CE/RN - Natal a Fortaleza	30	
ANTT	PB	BR-230/PB -João Pessoa a Campina Grande	30	
ANTT	DF/GO/BA	BR-020 DF/GO/BA - Planaltina a Barreiras	30	
ANTT	MG	BR-116 MG - Gov Valadares a Divisa MG/BA	30	
ANTT	MG	BR-251 MG - Montes Claros a entroncamento com BR-116	30	
ANTT	BA/PE	BR-116 BA/PE - Feira de Santana a Salgueiro	30	
ANTT	RS	BR-158/392 RS - Panambi a Santana de Boa Vista	30	
ANTT	RS	BR-116/290 RS - Camacua a Pântano Grande	30	

TOTAL 16.778,0

PERSPECTIVAS PARA O SETOR

Considerando os planos ambiciosos do Governo Federal e a proatividade do âmbito estadual para o setor, é possível dizer que as perspectivas para o setor, apesar das dificuldades conhecidas, são positivas. Para o próximo ano, estão planejados sete leilões, sendo quatro relativos a trechos novos de estradas e três referentes a concessões que estão por vencer.

O setor, portanto, alcança a sua maturidade, uma vez que concessões de longa data atingem o seu vencimento e devem ser relicita-

das. Um exemplo é a Nova Dutra, cujo contrato de concessão termina em 2021. Trata-se da principal estrada do País em termos de volume de tráfego e de importância econômica, responsável por ligar as duas capitais mais importantes do País, São Paulo e Rio de Janeiro, e que corta uma das regiões industrialmente mais desenvolvidas do Brasil, o Vale do Paraíba.

Outro leilão previsto diz respeito à BR-040, que liga Rio de Janeiro a Juiz de Fora, sob administração da Concer e também com vencimento de contrato em 2021.

O grande desafio, neste caso, é a complexidade do trecho da Serra de Petrópolis, cujas obras estão paradas desde 2015. Também haverá definições com relação ao trecho da BR-116 que liga Rio de Janeiro, passa por Teresópolis e segue até a cidade de Além Paraíba, divisa com Minas Gerais, mas que deveria seguir até Governador Valadares. A concessão também vence em 2021.

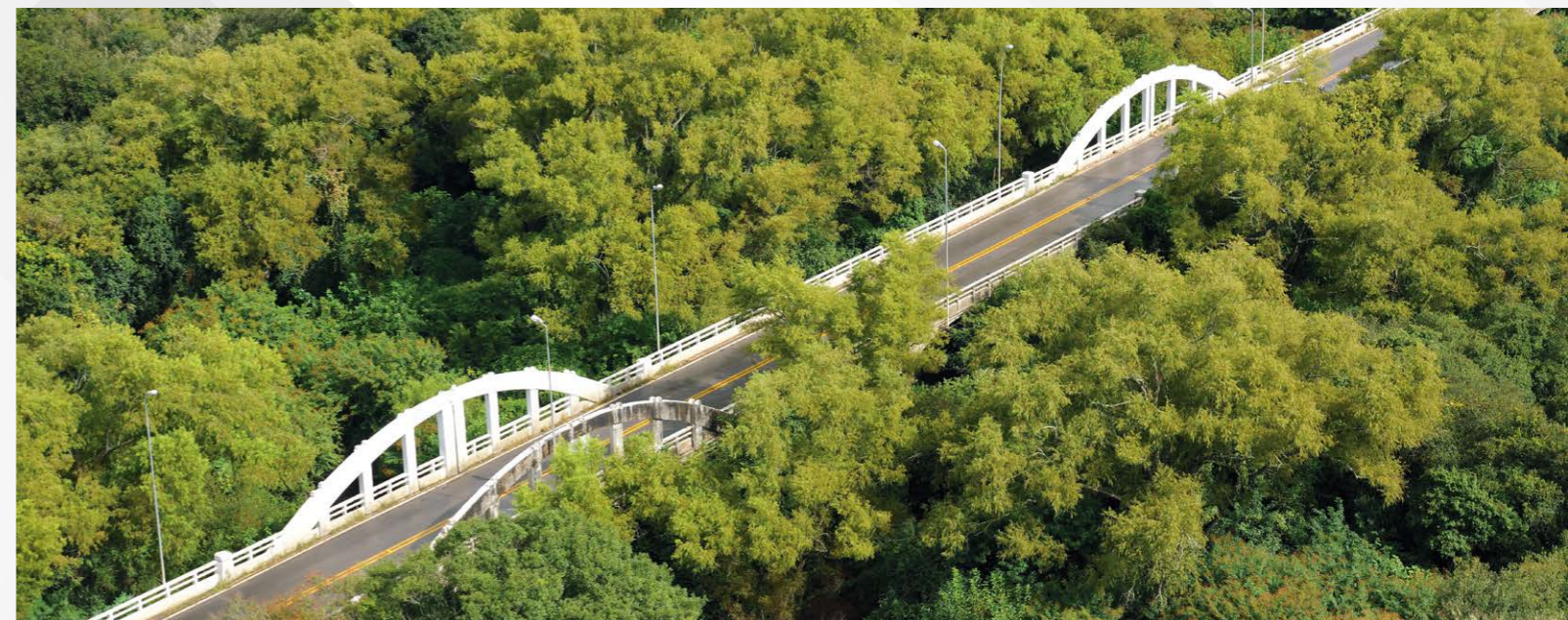
Confira a seguir calendário estimado para as próximas concessões federais e estaduais:

LEILÕES ESTADUAIS – MINAS GERAIS

PODER CONCEDENTE	UF	NOME/DESCRIÇÃO	PRAZO DE CONCESSÃO (ANOS)	EXTENSÃO
SETOP	MG	MG-424, do entroncamento com a MG-010 até a entrada de Sete Lagoas.	25	51,1
SETOP	MG	Triângulo Mineiro	25	488,5
SETOP	MG	Pouso Alegre - Itajubá	25	423,6
SETOP	MG	Varginha - Furnas	25	434,5
SETOP	MG	São João del-Rei	25	376,7
SETOP	MG	Itapeçerica - Lagoa da Prata	25	496,9
SETOP	MG	Ouro Preto	25	242,4
TOTAL				2.513,7

LEILÕES ESTADUAIS – SÃO PAULO

PODER CONCEDENTE	UF	NOME/DESCRIÇÃO	PRAZO DE CONCESSÃO (ANOS)	EXTENSÃO
ARTESP	SP	Centrovias + SP-191, SP-197, SP 255, SP-261, SP-284, SP-293, SP-294, SP-304, SP-308, SP-310, SP-331 e SP-425	30	1.201
ARTESP	SP	Mogi-Bertioga	30	240
ARTESP	SP	Bloco 1A - SP-463/461/425/310/320	30	3.305
ARTESP	SP	Bloco 1B - Triângulo do Sol / Tebe	30	
ARTESP	SP	Bloco 2 - Renovias + SP-107/095/008	30	
ARTESP	SP	Bloco 3 - Viaoeste + SP-324	30	
ARTESP	SP	Bloco 4 - SPVias + SP-270	30	
TOTAL				4.746,0



LEILÕES ESTADUAIS – MATO GROSSO

PODER CONCEDENTE	UF	NOME/DESCRIÇÃO	PRAZO DE CONCESSÃO (ANOS)	EXTENSÃO
SINFRA	MT	Lote 1 - MT-130 - Trecho entre Primavera do Leste a Paranatinga	30	512,2*
SINFRA	MT	Lote 2 - MT-246, MT-343, MT-358 e MT-480 Trechos entre Jangada, Tangará da Serra e Itanorte"	30	
SINFRA	MT	Lote 3 - MT-220 - Trecho entre Tabaporã a Sinop	30	
SINFRA	MT	MT-010, MT-246 - Trechos entre Cuiabá, Jangada e Rosário Oeste	30	115,8
SINFRA	MT	MT- 020 Trecho entre Paranatinga a Canarana	30	217,2
SINFRA	MT	MT-240, MT-236 Trecho entre Água Boa a Cocalinho	30	121,7
SINFRA	MT	MT-100 Trecho entreAlto Araguaia a Barra do Garças	30	231,2
SINFRA	MT	MT-244, MT-140, MT-020 - Trechos entre Campo Verde a Planalto da Serra	30	131
TOTAL				1329,1

* Os 3 Lotes serão leiloados no 4º trimestre de 2020.



SETOR EM NÚMEROS

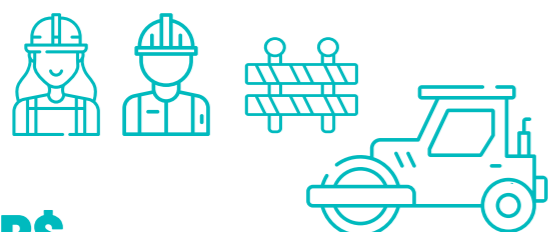
DESTAQUES DE 2019

INVESTIMENTOS



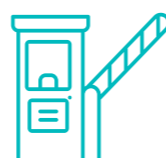
R\$
6.119.630.893,05

DESPESAS OPERACIONAIS



R\$
6.695.836.469,33

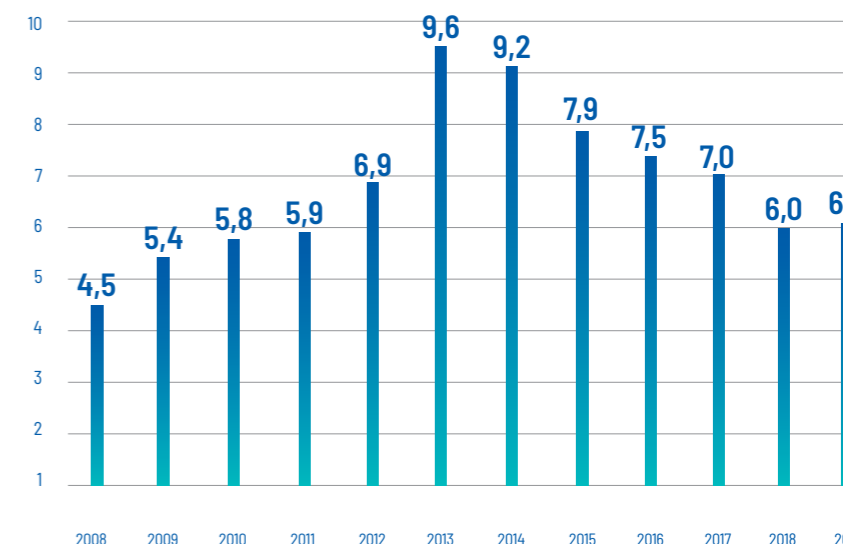
TRÁFEGO PEDAGIADO



1.837.583.512
VEÍCULOS

SÉRIE HISTÓRICA DE INVESTIMENTOS

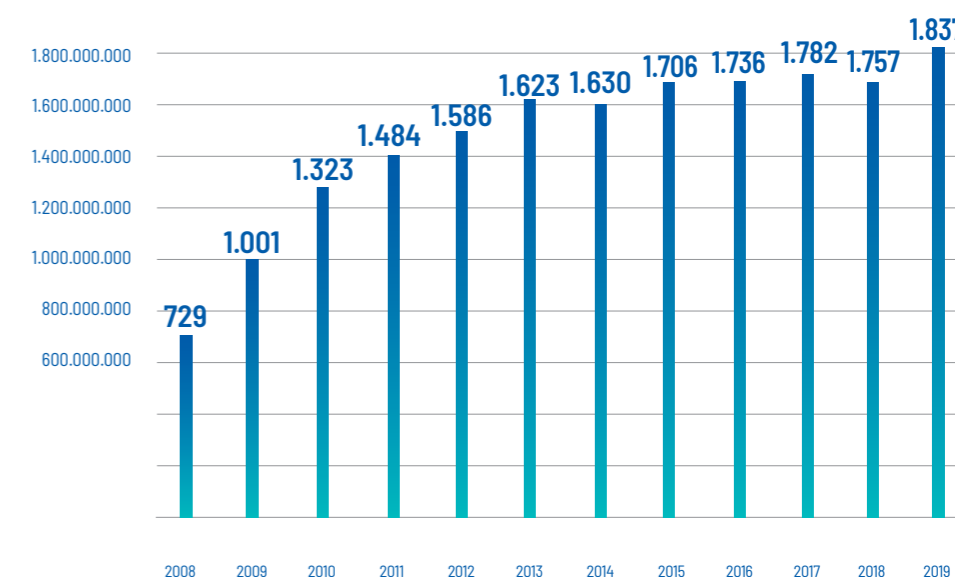
Em R\$ Bilhões
Ajustado pelo IPCA*
Base: Dezembro/2019



TRÁFEGO PEDAGIADO

Número de veículos, em milhões*

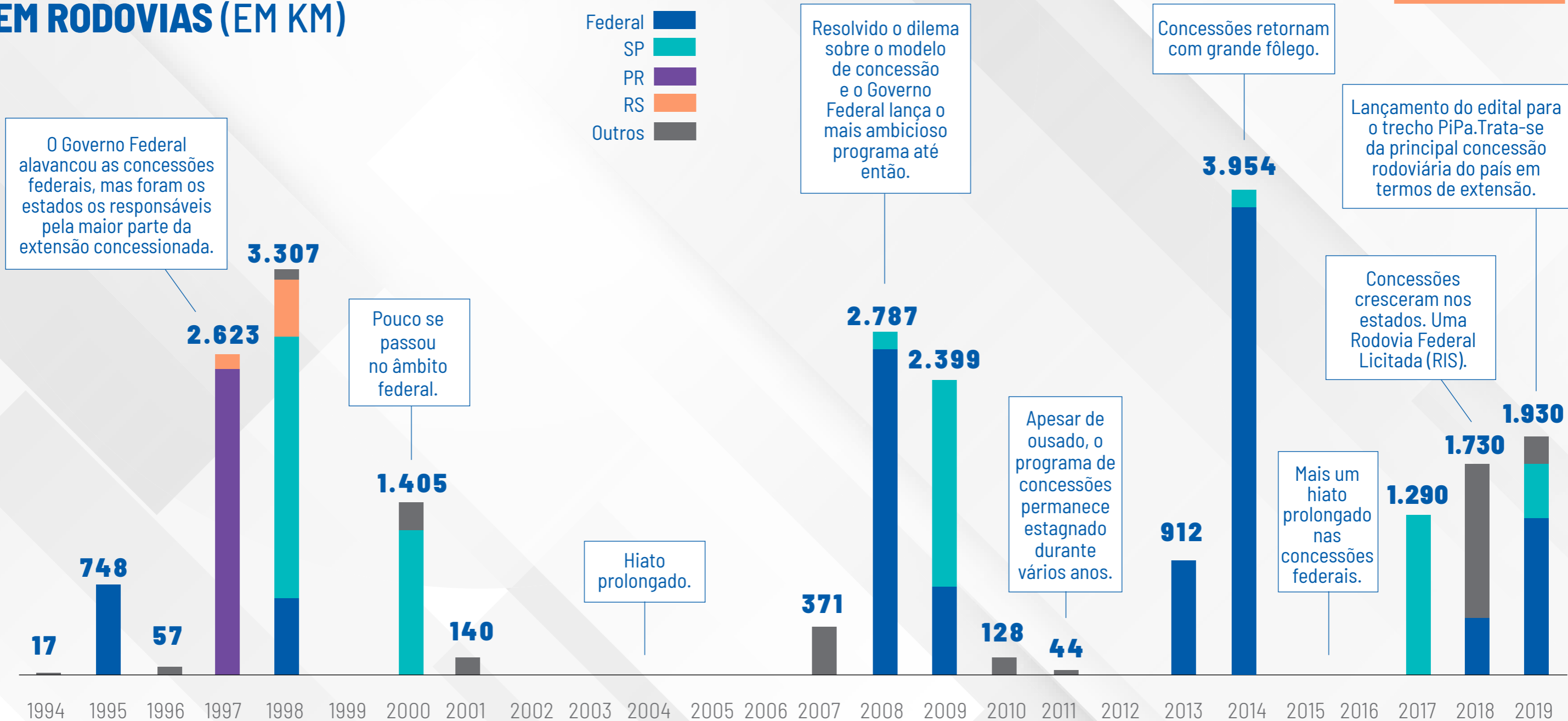
*os valores anuais também sofrem variação de acordo com o número de concessionárias existentes no ano e do momento de investimentos de cada uma.



PARA VER O MAPA DAS CONCESSÕES DE RODOVIAS NO BRASIL, ACESSE:

>> www.abcr.org.br/setor/concessionarias/mapa-br

A EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS PRIVADOS EM RODOVIAS (EM KM)



O Rio Grande do Sul suspendeu seu programa de concessões em 2013

Fontes: Bain Consultores e ABCR

CONCESSIONÁRIA	RODOVIA	UF	EXTENSÃO	PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	ASSINAT. CONTRATO	DURAÇÃO CONTRATO (ANOS)	PROGRAMA
AB COLINAS	SP-075, SP-127, SP-280, SP-300, SPI-102/300	SP	306,896	100% Atlantia Bertin Concessões S.A.	02/03/00	28	Estadual
AB NASCENTES DAS GERAIS	MG-050, BR-491, BR-265	MG	371,350	100% Atlantia Bertin Concessões S.A.	21/05/07	25	Estadual
AB TRIÂNGULO DO SOL	SP-310, SP-326, SP-333	SP	442,196	100% Atlantia Bertin Concessões S.A.	18/05/98	23	Estadual
AUTOBAN	SP-348, SP-330, SP-300, SPI-102/330	SP	316,752	100% CCR S.A.	01/05/98	28	Estadual
BAHIA NORTE	BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526, BA-535	BA	121,450	50% Invepar, 50% Odebrecht TransPort	17/08/10	25	Estadual
CAMINHOS DO PARANÁ*	BR-277, BR-373, BR-476, PR-427, PR-438	PR	405,900	30% Cartellone Inversiones S/A, 18% America Empreendimentos S/A, 10% Grin Investimentos Ltda, 10% Codinex Empreendimentos Ltda, 8,77% Vereda Administração e Empreendimentos Ltda, 8,77% Pattac Empreendimentos e Participações S/A, 7,23% Tucumann Engenharia e Empreendimentos Ltda), 7,23% Participações em Projetos de Infraestrutura S/A	14/11/97	24	Estadual
CART*	SP-225, SP-327, SP-270	SP	443,733	100% Invepar	16/03/09	30	Estadual
CCR MSVia	BR-163	MS	845,400	100% CCR S.A.	12/03/14	30	Federal
CCR VIASUL		RS	473,400	100% CCR S.A.	11/01/19	30	Federal
CENTROVIAS	SP-310, SP-225	SP	218,160	100% Arteris S.A	19/06/98	21	Estadual
CLN*	BA-099	BA	217,170	91,50% Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A - INVEPAR, 8,50% Odebrecht Transport Participações S/A	21/02/00	50	Estadual
CONCEBRA*	BR-060, BR-153, BR-262	GO	1176,500	100% Triunfo Participações e Investimentos	31/01/14	30	Federal
CONCER*	BR-040	RJ	180,400	62,5% TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A., 18% CONSTRUCAP CCPS Eng. e Comércio S/A, 10,50% CMSA Participações S/A, 9% CCI Concessões LTDA	15/10/95	25	Federal
CONCESSIONÁRIA APASI*	MT-242/491	MT	89,278	65,723% Associação dos Beneficiários da Rodovia de Integração Leste/Oeste, 34,277% Associados da Associação dos Beneficiários da Rodovia de Integração Leste/Oeste	15/12/10	28 anos e 9 meses	Estadual
CONCESSIONÁRIA DA EXPLORAÇÃO - SPS*	MT-235/040	MT	113	51% Associação dos Beneficiários da Rodovia da Produção, 49% Associados da Associação dos Beneficiários da Rodovia da Produção	15/12/10	20	Estadual
CONCESSIONÁRIA INTERVIAS*	MT-242, MT-493, MT-140	MT	141,6	51% Ass. dos Beneficiários da Rodovia da Integração Leste Oeste, 49% Associados da Ass. dos Beneficiários da Rodovia da Integração Leste Oeste	16/12/10	20	Estadual
CRT*	BR-116	RJ	142,500	24,91% Investimentos e Participações em Infra-Estruturas, 21,35% Carioca Christian-Nielsen concessões S/A, 16,62% Strata Const. e Conces. Integra-das S/A, 11,87% Queiroz Galvão Participações e Concessões S/A, 9,48% Construtora Queiroz Galvão S/A, 11,01% CRT Fundo de Investimentos em Parti-cipações, 0,82% M&G Consultoria e Participações LTDA, 1,40% Credicom Com. Info. e Serv. LTDA, 2,51% Erg participações LTDA, 0,02% Conselheiros	22/11/95	25	Federal
ECO 050	BR-050	MG	436,600	100% Ecorodovias Concessões e Serviços	05/12/13	30	Federal
ECO101	BR-101	ES	475,900	100% Ecorodovias Concessões e Serviços	17/04/13	25	Federal
ECO 135	BR-135, MG-231, LMG-754	MG	363,950	100% Ecorodovias Concessões e Serviços	19/06/18	30	Estadual
ECOCATARATAS	BR-277	PR	458,940	100% Ecorodovias Concessões e Serviços	14/11/97	24	Estadual
ECONORTE*	PR-323, PR-445, BR-369, BR-153, PR-090, PR-862	PR	343,790	100% TPI - Triunfo Participações e Investimentos S/A.	14/11/97	24	Estadual
ECOPISTAS	SP-070, SP-019, SP-099, SPI-179/60, SPI-035/056	SP	143,790	100% Ecorodovias Concessões e Serviços	17/06/09	30	Estadual
ECOPONTE	BR-101	RJ	23,300	100% Ecorodovias Concessões e Serviços	18/05/15	30	Federal
ECOSUL	BR-116, BR-392, BR-392/RS	RS	457,300	100% Ecorodovias Concessões e Serviços	15/07/98	28	Federal
ECOVIA	BR-277, PR-408, PR-411, PR-508, PR-407, PR-804	PR	175,100	100% Ecorodovias Concessões e Serviços S/A	14/11/97	24	Estadual
ECOVIAS	SP-150, SP-160, SP-41, SP-59, SP-248/55, SP-55	SP	176,790	100% Ecorodovias Concessões e Serviços	29/05/98	27	Estadual
ENTREVIAS	SP-266, SP-294, SP-322, SP-328, SP-330, SP-333, SP-351	SP	570,854	100% Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A	06/06/17	30	Estadual
FERNÃO DIAS	BR-381	MG	562,100	100% Arteris S.A	14/02/08	25	Federal
FLUMINENSE	BR-101	RJ	322,000	100% Arteris S.A	14/02/08	25	Federal
INTERVIAS	SP-330, SP-147, SP-191, SP-215, SP-157, SP-352, SP-165	SP	375,696	100% Arteris S.A	17/02/00	27	Estadual
LAMSA*	—	RJ	17,430	100% Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - Invepar	09/12/94	40	Municipal
LITORAL SUL	BR-116/PR, BR-376/PR, BR-101/SC	PR	405,900	100% Arteris S.A	14/02/08	25	Federal

* Concessionárias não associadas à ABCR.

CONCESSIONÁRIA	RODOVIA	UF	EXTENSÃO	PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	ASSINAT. CONTRATO	DURAÇÃO CONTRATO (ANOS)	PROGRAMA
MORRO DA MESA*	MT-130	MT	112,000	51% Constral Construtora Ltda, 49% Argesil - Armazéns e Silos Itaquerê Ltda	15/07/11	35	Estadual
NOVADUTRA	BR-116	SP	402,000	100% CCR - Companhia de Concessões Rodoviárias	31/10/95	25	Federal
PLANALTO SUL	BR-116	SC	412,700	100% Arteris S.A	14/02/08	25	Federal
RÉGIS BITTENCOURT	BR-116	SP	401,600	100% Arteris S.A	14/02/08	25	Federal
RENOVIAS	SP-340, SP-342, SP-344, SP-350, SP-215	SP	345,660	60% Encalso Construções Ltda, 40% CCR S.A	14/04/98	24	Estadual
RODOANEL OESTE	SP-021	SP	30,000	95% CCR - Companhia de Concessões Rodoviárias, 5% Encalso Construções Ltda	01/06/08	30	Estadual
RODONORTE	BR-277, BR-376, PR-151, BR-373, PRC-373, PR-092 PR-239, PR-090, PR-340, PR-813	PR	567,780	87,20% CCR S.A, 7,35% CEPAR - CESBE Participações S.A, 5,45% Porto de Cima Concessões S.A	14/11/97	24	Estadual
RODOSOL	ES-060	ES	67,500	38% Coimex Empreendimentos e Participações Ltda, 38% Tervap - Pitanga Mineração Pavimentação Ltda, 9% ES- 060 Empreendimentos e Participações Ltda, 7,5% Construções e Comércio Vitória Ltda, 7,5% Urbesa Administração e Participações Ltda	22/12/98	25	Estadual
RODOVIA DA MUDANÇA	MT-499, MT-010, MT-388, Mt-484	MT	148,33	51% Ass. dos Beneficiários da Rodovia da Mudança, 49% Assosiadados da Ass. dos beneficiários da Rodovia da Mudança	15/12/10	20	Estadual
RODOVIA DO AÇO	BR 393	RJ	200,400	100% KT2 Assessoria e Consult. em Gestão de Negócios e Particip. Ltda	26/03/08	25	Federal
RODOVIAS DO TIETÊ	SP-101, SP-113, SP-209, SP-300, SP-308 SPI-162/308	SP	616,906	50% AB Concessões S/A, 50% Lineas International Holding B.V.	23/04/09	30	Estadual
ROTA 116	RJ 104, RJ 116	RJ	140,400	50% Delta Construções, 50% Oriente Construções	16/03/01	25	Estadual
ROTA DAS BANDEIRAS	SP-063, SP-065, SP-083, SP-332, SP-360, SPA-122/065, SPA-067/360, SPA-114/332	SP	297,000	85% SCP1355 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, 15% OTP CRB Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	02/04/09	30	Estadual
ROTA DO ATLÂNTICO	PE-009, VPE-052, VPE-034	PE	35,200	50% Odebrecht Participações e Investimentos S.A., 50% Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR	18/07/11	35	Estadual
ROTA DO OESTE	BR-163/MT, BR-364/MT, BR-070/MT	MT	850,900	100% Odebrecht Rodovias S.A	20/03/14	30	Federal
ROTA DOS COQUEIROS	PE-024	PE	6,520	74,13% Odebrecht Rodovias S.A., 25% Vento Sul Participações Ltda, 0,87% Construtora Noberto Odebrecht S.A	28/12/06	33	Estadual
SPMAR	SP-021, SPA 086/21	SP	154,305	74% CONTERN Construções e Comércio LTDA, 26% CIBE Participações LTDA	10/03/11	35	Estadual
SPVIAS	SP-280, SP-255, SP-127, SP-270, SP-258	SP	505,734	100% CCR - Companhia de Concessões Rodoviárias	10/02/00	27	Estadual
TAMOIOS	SP-099, SPAs 032/099, SPAs 033/099, SPAs 035/099, SPAs 037/099	SP	85,000	100% Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios	19/12/14	30	Estadual
TEBE	SP-323, SP-326, SP-351	SP	155,982	50% TORC - Terraplenagem, Obras Rodoviárias e Construções Ltda, 50% Empresa Contrutora Brasil S/A	02/03/98	27	Estadual
TRANSBRASILIANA*	BR-153	SP	321,600	100% Triunfo Participações e Investimentos	14/02/08	25	Federal
VIA 040*	BR-040	MG	936,900	100% Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - Invepar	22/03/14	30	Federal
VIABAHIA	BR-324, BR-116, BA-526, BA-528, BR-116	BA	680,600	94,71% ROADIS Participações na VIABAHIA Ltda, 5,29% Infravix Participações S.A	03/09/09	25	Federal
VIALAGOS	RJ-124	RJ	57,000	100% CCR - Companhia de Concessões Rodoviárias	23/12/96	40	Estadual
VIA BRASIL	MT-100	MT	99,4	40% Conasa Infraestrutura S.A, 26% CLD Construtora Laços Detentores e Eletrônica Ltda, 12% Zetta Infraestrutura e Participações S.A, 12% Construtora Rocha Cavalcante Ltda, 9% FBSs Construção Civil e Pavimentação S.A, 0,5% M4 Investimentos, 0,5% Construtora Ibérica	20/08/18	30	Estadual
VIA BRASIL	MT-320	MT	188,2	40% Conasa Infraestrutura S.A, 26% CLD Construtora Laços Detentores e Eletrônica Ltda, 12,31% Zetta Infraestrutura e Participações S.A, 12,13% Construtora Rocha Cavalcante Ltda, 7,08% FBS Construção Civil e Pavimentação S.A, 1,53% M4 Investimentos, 0,96% Construtora Ibérica	12/04/19	30	Estadual
VIAOESTE	SP-280, SP-270, SP-075, SP-091	SP	168,620	100% CCR - Companhia de Concessões Rodoviárias	30/03/98	24	Estadual
VIAPAR*	PR-986, BR-369, BR-369, PR-444, BR-376, PR-317 BR-158	PR	550,507	24,08% CCNE Concessões, 24,08% QGGN, 18,20% STRATA CCI, 18,06% CW Participações, 6,02% Preservar Participações, 3,67% Camargo Campos, 3,24% ERG, 1,83% CREDICOM, 0,82% M&G	14/11/97	24	Estadual
VIAPAULISTA	SP-255, SP-249, SP-281, SP-304, SP-257, SP-318 SP-328, SP-334, SP-345, SP-330	SP	720,000	100% Arteris S.A	23/10/17	30	Estadual
VIARIO	-	RJ	20,700	66,66% CCR S.A, 33,34% INVEPAR	26/04/12	35	Municipal
VIARONDON*	SP-300	SP	413,370	100% BRVias Holding VRD S/A	06/05/09	30	Estadual

* Concessionárias não associadas à ABCR.

EXPEDIENTE

SOBRE ESTE RELATÓRIO

O Relatório Anual da ABCR 2019 foi desenvolvido a partir de informações públicas, da própria ABCR e das concessionárias associadas. A ABCR agradece o apoio de todos os que colaboraram para este projeto.

PRODUÇÃO DO RELATÓRIO

COORDENAÇÃO GERAL

Raul Viana – Diretor de Comunicação Institucional da ABCR

PRODUÇÃO EDITORIAL E GRÁFICA

Signature Comunicação
Marina Rodriguez – Texto e edição
Camila Cogo – Projeto gráfico e diagramação

FOTOS

Divulgação, arquivo ABCR e arquivo das concessionárias associadas

GERENTE ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Raymundo Quadros

GERENTE JURÍDICA

Karina Fera

GERENTE DE ENGENHARIA

Wilson Castilho

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

Hegle Beltrão de Oliveira

SINDICATO NACIONAL DAS CONCESSIONÁRIAS DE RODOVIAS, VIAS URBANAS, PONTES E TÚNEIS

Flavio Freitas – Presidente

INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

PRESIDENTE-EXECUTIVO

César Borges

VICE-PRESIDENTES

Andre Dorf
Eduardo Siqueira Moraes Camargo
José Renato Ricciardi
Júlio Duarte Perdigão
Marcos Abreu Fonseca
Nicolò Caffo

DIRETORES

Flavio Freitas – Diretor-Superintendente
Alexandre Barra – Diretor Regional – Distrito Federal
Raul Viana – Diretor de Comunicação

CONSELHO FISCAL

Hugo Mitz
Erika Natsumi Matsumoto
Ana Silvia de Almeida

SEDE SÃO PAULO – Rua Geraldo Flausino Gomes, 61
Conjunto 61 – Brooklin – São Paulo (SP)
CEP: 04575-060.
Tel: (11) 5105-1190 | Fax: (11) 5105-1199
abcr@abcr.org.br

REGIONAL BRASÍLIA – SAUS, Quadra 1 – Bloco J |
Ala B Sala 507 – Brasília (DF) | CEP: 70070-944
Tel: (61) 3224-3096

WWW.ABCR.ORG.BR



